



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA nº 8

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Realizada em 25 de Junho de 2012

Aos vinte cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e doze, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniram a Assembleia Municipal do Barreiro, *com a seguinte agenda:*

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 41º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2. PERÍODO E ANTES DA ORDEM DO DIA

Executivo Camarário esteve representado pelo Sr. Presidente e senhores vereadores: Santa Clara, Regina Janeiro, Carlos Moreira, Rui Lopo, Sofia Martins, Zélia Silva

1

A Mesa é composta pelo Sr. Presidente Frederico Pereira, Primeira Secretária Rita Filomena e Segunda Secretária Fernanda Moreno.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu os trabalhos informando o plenário relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituição ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5/A /2002 de 11 de Janeiro, pediram substituição os senhores deputados municipais:

Hugo Cruz – Substituído por Luís Bravo

Jorge Espírito Santo – Substituído por Alfredo Falcão

José Paleta – Substituído por Paulo Faleiro

Filipe Marques - Substituído por Daniel Ventura

Daniel Ventura – Substituído por Mendes Ferreira

João pintassilgo – Substituído por Naciolinda Silvestre

Raul Malacão - Substituído por Júlio Dias

Luís Bravo - Substituído por Fernando Moreira (tomou posse)

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21

horas, registando – se 34 presenças e a falta de comparência de Júlio Dias.

Presidente da Assembleia Municipal solicitou parecer do Plenário sobre a inclusão de um ponto 3.4 (à presente ordem de trabalhos) para discussão de um requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre a reforma administrativa. O Plenário, por unanimidade aceitou a inclusão o referido ponto.

1. Período de intervenção do público ao abrigo do artigo 41º do Regimento da Assembleia Municipal

Dr. João Feijão – Intervenção apensa à acta como anexo “1”

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram entregues na Mesa dos trabalhos **7 documentos** referenciados de “ **A a G** ”. Foram lidos dois por cada uma das forças políticas, conforme acordado em reunião de representantes.

Moção “D” – Contra a privatização da água – lida por Susana Silva (CDU).

Saudação “C” – Desporto Barreirenses - apresentada por Rui de Carvalho (PS).

Moção “A” – regularizar as divida a fornecedores – Lida por Fernando Moreira. (PSD)

Moção “B”- Redução de custos na saúde - apresentada pelo Humberto Candeias (BE).

Moção “G” -Resultados dramáticos de um ano de governo PSD/CDS – lida por Dulce Reis (CDU). **Moção “E”**- Projecto Arco Ribeirinho Sul, Silêncio insuportável – Apresentada por Isidro Heitor (PS).

Seguiu-se a inscrição da deputada M^a João Quaresma para apresentação de uma Saudação aos atletas do Barreiro (**anexo “F”**)

O **líder de bancada do PS** pediu um intervalo de 5 minutos para avaliação dos documentos apresentados. Retomados os trabalhos passou-se às intervenções dos deputados municipais.

Bruno Vitorino - intervenção de discordância em relação ao doc. “G”, apresentado pela CDU, valorizando a acção do actual governo na consolidação do futuro para os portugueses. Refere também discordância em relação ao doc. “B”, valorizando as reformas que o governo implementa na área da saúde.

Paulo de Deus – Em relação ao Doc. “E” sugere que nela seja referida que em todas as reuniões da Assembleia Municipal se faz referência ao Arco Ribeirinho Sul e considera a importância do seu desenvolvimento. Em relação ao Doc. “A”, mostra a sua discordância, considerando que retrata uma falácia e que envolve chantagens.

Sara Ferreira – Tece considerações sobre o Doc “B”, apresentado pelo BE, considerando-o um documento pobre, confuso e que omite as graves situações vividas pelo Hospital do Barreiro.

Humberto Candeias – responde às críticas feitas ao doc “B” considerando que intervenção anterior reflecte a má consciência do PS por ter assinado o Doc da Troika que preconiza um corte na área da saúde na ordem de centenas de milhões de euros. Em relação à intervenção do deputado Bruno Vitorino chama a atenção para a ausência de preocupação do governo para com o presente dos portugueses remetendo tudo para o futuro.

Isidro Heitor – Em relação ao documento Moção “D”, O PS concorda com a não privatização da água, mas enumera algumas divergências (sistemas multimunicipais etc.). Como o PS concorda com a parte deliberatória a sua votação será favorável. Moção “G” faz uma intervenção crítica em relação à atitude política da CDU reflectida no documento apresentado.

Bruno Vitorino - moção “A” esclarece a sua origem e finalidade. Relembra que nas 56 Câmaras mais endividadas estão a maioria das geridas pela CDU. Não percebeu pela intervenção do deputado Paulo de Deus se a autarquia do Barreiro vai aderir ou não ao processo referido no documento, já que isso possibilitaria a reanimação do tecido empresarial local e uma diminuição do desemprego no Barreiro.

Presidente da Câmara – Considera-se um defensor da associação Nacional de Municípios Portugueses, mas isso não quer dizer que concorde com todas as suas deliberações. Analisa o documento referido na moção “A” para destacar os pontos em que difere da ANMP. A Autarquia do Barreiro tem dívidas, tem dificuldades financeiras mas tem de avaliar quais as consequências para os barreirenses e para o município que serão determinadas pelo recurso ao empréstimo. Existe um esforço de redução da dívida por parte do município mas se o governo pagasse os 500.000 euros que deve ao município facilitava em muito, o pagamento da autarquia a fornecedores. Discorda da afirmação do deputado Bruno Vitorino que incluiu os municípios geridos pela CDU no bloco daquelas que têm maior endividamento. Moção “C”- discorda da referência à redução de apoios por parte da autarquia que considera desnecessária e contraditória com o frequente apelo à contenção feita pelo PS. Em relação ao documento “E” manifesta a sua concordância e considera que é preciso desenchar o PROT (área metropolitana de Lisboa) para que se perceba o futuro, independentemente da sua concretização. Lei de finanças Locais – A CDU discorda dela mas, dado que ela existe, a CDU tem o dever de exigir a sua aplicação. Defende que ninguém deve abdicar das suas convicções mesmo face a resultados eleitorais e, que a aceitação pelos outros, da diferença é um critério básico do sistema democrático.

Passou-se à votação dos documentos, estando na sala 33 deputados 18 de CDU, -10 do PS, - 3 do PSD e 2 do BE.

Moção “A”- Rejeitada por maioria com 3 votos a favor do PSD, 20 votos contra da CDU e BE e 10 abstenções do PS.

Moção “B”- Aprovada por maioria com 20 votos a favor da CDU e BE, 3 votos contra do PSD e 10 abstenções do PS.

Saudação “C” – Aprovada por unanimidade.

Moção “D” – Aprovada por maioria com 30 votos a favor da CDU, PS e BE, e 3 votos contra do PSD.

Moção “E” – Aprovada por maioria com 30 votos a favor da CDU, PS e BE, e 3 votos contra do PSD.

Moção “F” - Aprovada por unanimidade.

Moção “G” - Aprovada por maioria com 30 votos a favor da CDU, PS e BE, e 3 votos contra do PSD.

Seguiram-se as intervenções dos deputados.

Rui Ferrugem - Intervenção apensa à acta como **anexo “2”**

Eduardo Cabrita - Considera esta Assembleia muito marcada pelo facto de decorrer na altura que o governo completa um ano de exercício, que considera o mais negro para o Barreiro desde que existe Poder Local. Analisa prazos médios de pagamentos a fornecedores desde 2011 e o facto do valor das dívidas a fornecedores ter ultrapassado mais de 50% das receitas da autarquia. O PS diverge da visão directa do Sr. Presidente da Câmara quanto ao modelo de desenvolvimento do Barreiro, em tempo útil o PS disse que o que estava em causa era uma ignorante e apressada destruição do modelo de desenvolvimento e de promoção de uma visão identitária para o espaço entre Almada e Alcochete com centralidade no Barreiro, materializado no projecto Arco Ribeirinho Sul. Passado quase um ano sobre o anúncio de destruição do projecto, a completa ausência de visão, a completa centralização em estruturas nacionais das competências de planeamento e a apressada atribuição a figuras menores do PSD de gestão da entidade Baía Tejo que ao contrário à Assembleia da República não teve ainda tempo sequer de ter um diálogo adequado com os autarcas desta Assembleia Municipal.

Analisa a situação da lei dos compromissos e a sua regulamentação que no seu entender, obriga a uma urgente análise das consequências que a sua aplicação terá para o Barreiro. Lei dos dirigentes - deve ser no Barreiro que ela é definida. Recorda que a lei proposta vai muito para além do acordo com a troika. Não podemos cair na toda glória é nacional, toda a desgraça é local, neste quadro de um ano negro que ficará na história de abandono do Barreiro, o PS aqui, como á um ano atrás volta a

fazer é um desafio para que em conjunto envolvendo a CMB e AM se estabeleça uma estratégia de resposta a esta situação de emergência, o que exige frontalidade, transparência e coragem política,

Faz uma pelo que se assumir o que é da responsabilidade local e da responsabilidade central

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos pelas 1.30 horas do dia 26 de Junho de dois mil e doze, constando a gravação áudio desta sessão arquivados nos serviços da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente acta que após analisada foi aprovada por unanimidade na reunião em realizada em 3 de Outubro de 2012 e vai ser assinada por mim Rosa Maria de Jesus Ribeiro, _____ Técnica de Secretariado que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia. Frederico Pereira _____

Conforme original

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira